

UNIMED PATOS COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO

DEMONSTRAÇÕES CONTABÉIS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022





CONTEÚDO

- Relatório da Administração
- Relatórios dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis
- Balanços Patrimoniais
- Demonstrações de Resultados
- Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido
- Demonstrações dos Fluxos de Caixa Método Direto
- Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2023



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2023

Submetemos à apreciação as demonstrações contábeis da **Unimed Patos - Cooperativa de Trabalho Médico** relativas ao exercício de 2023, observando as disposições estabelecidas, pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) no anexo I da Resolução Normativa nº 528/22, e pela Legislação Societária Brasileira.

1. Unimed Patos: Saúde em foco, cuidado em primeiro plano

Seguindo o comportamento observado nos anos de 2021 e 2022, o segmento da saúde suplementar apresentou, durante todo o ano de 2023, resultado operacional negativo. Foi um ano marcado, principalmente, pela continuidade de uma sinistralidade elevada, fruto de um comportamento de alto consumo dos usuários, observado no pós-pandemia, que compromete a sustentabilidade econômico-financeira do segmento de saúde suplementar.

A maioria das previsões sinalizam para um cenário persistente de incertezas e de possíveis dificuldades. O desempenho das operadoras permanece comprometido, principalmente, pela maior exposição da carteira de beneficiários, que eleva os custos assistenciais. As recentes interferências da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), com impacto persistente na base de cálculo dos reajustes e efeitos de curto, médio e longo prazos; a constante e crescente judicialização; o aumento dos insumos médicos, resultante da dolarização e elevado consumo; as fraudes na saúde; a instabilidade global, que promove forte especulação financeira e a consequente fuga de capital; a incorporação de novas tecnologias; o impacto das terapias, em especial o TEA (Transtorno do Espectro Autista); entre outros fatores; contribuíram fortemente para o agravamento e perpetuação deste difícil cenário.

No caso da ANS, é relevante ressaltar que decisões inéditas tomadas em anos anteriores continuam a impactar negativamente o desempenho das operadoras, dentre elas, destacamos: o congelamento de reajuste dos contratos de Pessoa Física no período de 2020/2021; e o reajuste negativo para 2021/2022, que reduziu a base de cálculo em 8,19%, e modificou o reajuste autorizado para o período de 2022/2023.

Ressaltamos o papel da inclusão recorrente de novos procedimentos no rol, intensificadas a partir de 2022. A não consolidação da mudança aprovada pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), que estabelecia o caráter taxativo do rol de procedimentos, ou seja, conferia segurança jurídica, contribuiu para um horizonte de incertezas. O rol com caráter exemplificativo acrescentou uma preocupação adicional com a elevação imprevisível dos custos, sem que houvesse a necessária contrapartida na margem de contribuição dos contratos, indispensável ao equilíbrio financeiro e sustentabilidade.

Apesar deste contexto de dificuldades, a **Unimed Patos** conseguiu avançar e melhorar o seu equilíbrio econômico-financeiro. O desempenho é resultado de um moderno modelo de gestão focado na sustentabilidade, no qual cabe destacar: crescimento inédito na carteira de clientes, com consequente incremento da receita; a ampliação de novas receitas relacionadas aos novos produtos; ao maior controle de custos; combate à inadimplência; investimento em tecnologia; e, ampliação do ecossistema.

Os avanços percorridos estão sempre alinhados com o objetivo de manter os clientes no foco da nossa atenção, implementar uma cultura de inovação e trazer para o centro das decisões o propósito de “promover a vida, cuidando da saúde das pessoas”.

2. Experiência do cliente

Na área de experiência do cliente, a **Unimed Patos**, aprimorou serviços e passou a oferecer inovações tecnológicas que facilitaram o dia a dia dos beneficiários.

A automatização das solicitações de autorização, consolidação das negociações e boletos para pagamentos pelo “Portal Unimed Patos” e pelo aplicativo “WhatsApp” foram aprimorados em 2023.

Com essa prática digital, a Operadora manteve a redução no volume de atendimentos presenciais, o que resulta de forma positiva a experiência implantada.

3. Mercado

A Cooperativa firmou esforços nas vendas com campanhas de *marketing* assertivas, apresentando tabelas e calendários com valores dos planos promocionais, onde foi divulgado nas redes de comunicação da Cidade, visando alcançar o maior número de pessoas possíveis e causar interesse em adquirir o nosso produto. A Operadora finalizou o ano de 2023 com 2.355 beneficiários.

4. Combate à inadimplência

Em 2022, a Cooperativa apresentou 3,41% de inadimplência em Planos de Pessoa Física e em 2023 finalizou com 3,69%, com aumento de 0,28%; em relação aos planos de Pessoa Jurídica (Empresa), a Operadora concluiu o ano de 2023 com 0,1% de inadimplência. A Cooperativa enviou esforços e realizou estudos em relação a inadimplência existente no ano de 2023 e concluiu que uma das causas do aumento de inadimplentes em planos de pessoa física continua sendo o reajuste nos valores de planos de saúde, com variação de 9,63% em 2023

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2023

5. Política de destinação das sobras

A **Unimed Patos** é uma sociedade Cooperativa de primeiro grau e tem por objetivo a congregação de integrantes da profissão médica para a sua defesa econômico-social, proporcionando-lhes condições para o exercício de sua atividade e aprimoramento do serviço de assistência médico-hospitalar.

Em caso de sobras, as mesmas são distribuídas com seus cooperados em conformidade com a Lei nº 5.764/71 e seu Estatuto Social.

6. Indicadores econômico-financeiros

A **Unimed Patos** está em consonância com todos os indicadores econômico-financeiros indicados e acompanhados pela Unimed do Brasil, o que afere à Cooperativa a classificação “Ótima”. Esses são os mesmos indicadores utilizados pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) no Índice de Desempenho da Saúde Suplementar (IDSS) e atestam a saúde financeira da Cooperativa.

Comparando as receitas líquidas (contraprestações efetivas de planos de assistência à saúde) de 2023 (R\$17.315.348) com 2022 (R\$15.806.692), podemos verificar que houve aumento significativo no exercício corrente.

Com todos os desafios em 2023, a **Unimed Patos** finalizou o exercício com um resultado líquido de R\$2.522.829, decorrente de muito esforço e dedicação com a saúde econômico-financeira da Cooperativa.

Diante de todas as dificuldades enfrentadas ao longo de 2023 pelas operadoras de saúde suplementar, a **Unimed Patos** finalizou o período com uma margem de resultado positivo em torno de 14,57% da ROL, fato relevante a ser registrado, diante do difícil cenário econômico-financeiro atual da saúde suplementar. Ressaltamos mais uma vez que a Cooperativa manteve todos os seus indicadores econômico-financeiros acima dos patamares exigidos pela agência reguladora.

Todas as medidas implantadas apresentam sempre o objetivo de aperfeiçoamento da Cooperativa, sejam elas voltadas para o atendimento ao cliente, metas administrativas, como também as melhorias no funcionamento interno.

7. Investimentos

Investimentos realizados em 2023

Investimentos - Sicoob
Imobilizado - Equipamentos de informática
Total

R\$
2.732
20.184
22.916

8. Capacidade financeira

A **Unimed Patos** finaliza o ano de 2023 com o saldo de disponível de R\$512.035 (incluindo caixa e bancos conta movimento), além de R\$30.294.005 em aplicações financeiras (garantidoras de provisões técnicas e livres), classificadas como mantidas para negociação. Também apresentou índice de liquidez corrente 5,61.

9. Declaração de não ocorrência de operações suspeitas

Em 2023 não foi identificada nem registrada ocorrência de operações suspeitas.

10. Perspectivas e planos da administração para o exercício seguinte

A **Unimed Patos** busca manter a qualidade e eficiência dos seus serviços em conformidade com as determinações da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, procurando sempre atingir o grau de excelência para os seus Beneficiários, Cooperados e Prestadores.

A **Unimed Patos** segue com o compromisso de continuar buscando soluções que possam minimizar os efeitos da crise do sistema de saúde suplementar. Investir no crescimento orgânico da Cooperativa, eliminar desperdícios e focar na racionalização dos custos representam o caminho mais seguro para garantir a perenidade da Cooperativa.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2023

Depois de uma luta incansável no combate a pandemia da COVID-19 e suas consequências, nos últimos três anos, estamos com a situação sob relativo controle, o que permite um olhar empreendedor para 2024, mesmo consciente das dificuldades relativa ao comportamento da sinistralidade. Pretendemos ampliar inúmeras entregas baseadas no nosso Planejamento Estratégico:

- 1 - Inclusão digital
- 2 - Modernização da gestão
- 3 - Ampliação Sustentável da Carteira de Beneficiários
- 4 - Remuneração Médica

Patos (PB), 20 de março de 2024.

Diretoria Executiva.

Assinaturas do Balanço:

Presidente
Vice-presidente
Superintendente

Augusto Márcio de Mello e Silva Soares
Jânio Cipriano Rolim
Manuel Dionisio da Costa Filho

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos

Ilmos. Srs. Membros do

Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria da

Unimed Patos – Cooperativa de Trabalho Médico

Patos – PB

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **Unimed Patos – Cooperativa de Trabalho Médico** (“Cooperativa”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Unimed Patos – Cooperativa de Trabalho Médico** em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da Cooperativa é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro (RJ), 20 de março de 2024.



CRC-RJ-2026-0

Eliel Torres da Mota
Contador - CRC-PE-025592/O-0

Thomas de Oliveira Maranhão Cavalcanti
Contador - CRC-PE-026437/O-7

BALANÇOS PATRIMONIAIS



Balanços Patrimoniais

Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022

(Em Reais)

	Nota	2023	2022
Ativo			
Ativo circulante		31.239.742	26.783.417
Disponível		512.035	54.099
Realizável		30.727.707	26.729.318
Aplicações financeiras	6	30.294.005	26.304.083
Aplicações garantidoras de provisões técnicas		4.089.727	9.802.064
Aplicações livres		26.204.278	16.502.019
Créditos de operações com planos de assistência à saúde		417.594	371.857
Contraprestação pecuniária a receber	7	319.433	349.413
Participação de beneficiários em eventos indenizáveis		98.161	22.444
Outros créditos de operações com planos de assistência à saúde		-	-
Créd. oper. assist. à saúde não relac. com planos de saúde da operadora		-	1.035
Créditos tributários e previdenciários		8.201	8.201
Bens e títulos a receber		7.303	43.721
Conta-corrente com cooperados		604	421
Ativo não circulante		1.443.541	1.483.413
Realizável a longo prazo		24.421	24.421
Depósitos judiciais e fiscais		24.421	24.421
Investimentos	8	497.206	494.474
Participações em outras sociedades		497.206	494.474
Imobilizado	9	921.914	964.518
Imóveis de uso próprio		833.521	869.787
Imóveis - não hospitalares		833.521	869.787
Imobilizado de uso próprio		88.393	94.731
Não hospitalares		88.393	94.731
Total do Ativo		32.683.283	28.266.830

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

Balanços Patrimoniais

Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022

(Em Reais)

	Nota	2023	2022
Passivo			
Passivo circulante		5.566.085	4.138.847
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	10	4.419.133	3.204.488
Provisões de contraprestações		653.080	340.079
Provisão de contraprestação não ganha - PCNG		644.766	319.549
Provisão para remissão		8.314	20.530
Provisão de eventos a liquidar para SUS		136.128	135.342
Provisão de eventos a liquidar para outros prestadores		2.004.828	1.221.055
Provisão de eventos ocorridos e não avisados (PEONA)		1.625.097	1.508.012
Débitos de operações de assistência à saúde		35.811	42.075
Receita antecipada de contraprestações		35.811	42.075
Débitos com oper. de assist. à saúde não rel. com planos saúde da operadora	11	214.629	235.051
Tributos e encargos sociais a recolher	12	747.853	521.876
Débitos diversos	13	148.659	134.906
Conta-corrente de cooperados		-	451
Passivo não circulante		44.999	63.731
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	10	6.179	19.851
Provisão para remissão		6.179	19.851
Provisões		38.820	43.880
Provisões para ações judiciais	14	38.820	43.880
Patrimônio líquido	15	27.072.199	24.064.252
Capital social		2.397.265	1.869.265
Reservas		22.530.529	19.552.201
Reservas de lucros		22.530.529	19.552.201
Lucros acumulados		2.144.405	2.642.786
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		32.683.283	28.266.830

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS



Demonstrações de Resultados

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022

(Em Reais)

	Nota	2023	2022
Contraprestações efetivas de plano de assistência à saúde	16	17.315.348	15.806.692
Receitas com operações de assistência à saúde		17.740.294	16.244.263
Contraprestações líquidas		17.714.406	16.225.498
Variação das provisões técnicas de operações de assistência à saúde	10(b)	25.888	18.765
Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde da operadora		(424.946)	(437.571)
Eventos indenizáveis líquidos		(14.475.778)	(11.839.451)
Eventos conhecidos ou avisados	17	(14.358.693)	(11.878.665)
Variação da provisão de eventos ocorridos e não avisados	10(b)	(117.085)	39.214
Resultado das operações com planos de assistência à saúde		2.839.570	3.967.241
Receitas de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora	18	3.506.312	2.475.201
Receitas com operações de assistência médico-hospitalar		3.502.322	2.471.054
Outras receitas operacionais		3.990	4.147
Outras despesas operacionais com plano de assistência à saúde		(467.533)	(502.050)
Outras despesas de operações de planos de assistência à saúde		(355.363)	(182.454)
Provisão para perdas sobre créditos		(112.170)	(319.596)
Outras despesas oper. de assist. à saúde não relac. com planos de saúde da operadora	19	(2.999.491)	(2.179.451)
Resultado bruto		2.878.858	3.760.941
Despesas de comercialização		(24.597)	(13.490)
Despesas administrativas	20	(2.347.673)	(2.047.887)
Resultado financeiro líquido	21	3.128.170	2.739.891
Receitas financeiras	21	3.155.089	2.773.172
Despesas financeiras	21	(26.919)	(33.281)
Resultado patrimonial		110.072	171.360
Receitas patrimoniais		110.072	171.360
Resultado antes dos impostos		3.744.830	4.610.815
Imposto de renda	22	(892.177)	(1.097.805)
Contribuição social	22	(329.824)	(403.850)
Resultado líquido		2.522.829	3.109.160

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO



(Em Reais)

	Nota	Capital social		Reservas		Lucros acumulados	Total
		Subscrito	(-) A integralizar	Fundo de reserva	FATES		
Saldos em 1º de janeiro de 2022		1.919.265	(102.500)	13.154.662	4.280.138	1.699.217	20.950.782
Incorporação de sobras conforme AGO		-	-	1.699.217	-	(1.699.217)	-
Integralização de capital em espécie		-	102.500	-	-	-	102.500
Devolução da capital		(50.000)	-	-	-	-	(50.000)
Utilização do FATES	15(b)	-	-	-	(48.190)	-	(48.190)
Resultado líquido		-	-	-	-	3.109.160	3.109.160
Proposta de destinação das sobras							
Constituição do FATES	15(b)	-	-	-	155.458	(155.458)	-
Constituição do fundo de reserva	15(b)	-	-	310.916	-	(310.916)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022		1.869.265	-	15.164.795	4.387.406	2.642.786	24.064.252
Incorporação de sobras conforme AGO		-	-	2.642.786	-	(2.642.786)	-
Aumento de capital - a integralizar		1.584.000	(1.584.000)	-	-	-	-
Aumento de capital em espécie		-	528.000	-	-	-	528.000
Utilização do FATES	15(b)	-	-	-	(42.882)	-	(42.882)
Resultado líquido		-	-	-	-	2.522.829	2.522.829
Proposta de destinação das sobras							
Constituição do FATES	15(b)	-	-	-	126.141	(126.141)	-
Constituição do fundo de reserva	15(b)	-	-	252.283	-	(252.283)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		3.453.265	(1.056.000)	18.059.864	4.470.665	2.144.405	27.072.199

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA – MÉTODO DIRETO



(Em Reais)

	2023	2022
Atividades operacionais		
(+) Recebimento de planos saúde	16.231.227	13.454.338
(+) Resgate de aplicações financeiras	25.396.595	22.589.101
(+) Recebimento de juros de aplicações financeiras	3.097.495	2.736.155
(+) Outros recebimentos operacionais	9.046.627	5.978.787
(-) Pagamento a fornecedores/prestadores de serviço de saúde	(16.383.842)	(14.048.219)
(-) Pagamento de pessoal	(526.012)	(444.556)
(-) Pagamento de pró-labore	(345.113)	(327.871)
(-) Pagamento de serviços terceiros	(3.308.426)	(1.838.997)
(-) Pagamento de outros tributos	(3.593.430)	(3.636.744)
(-) Pagamento de processos judiciais (cíveis/trabalhistas/tributárias)	(19.246)	(50.526)
(-) Pagamento de aluguel	(12.556)	(10.866)
(-) Pagamento de promoção/publicidade	(6.250)	(11.779)
(-) Aplicações financeiras	(29.388.243)	(24.251.679)
(-) Outros pagamentos operacionais	(241.496)	(285.096)
Caixa líquido das atividades operacionais	(52.670)	(147.952)
Atividades de investimentos		
(+) Outros recebimentos das atividades de investimento	3.990	4.147
(-) Pagamentos de aquisição de ativo imobilizado - outros	(20.184)	(40.534)
(-) Pagamento de aquisição de participação em outras empresas	(1.200)	(1.200)
Caixa líquido das atividades de investimentos	(17.394)	(37.587)
Atividades de financiamento		
(+) Integralização de capital em dinheiro	528.000	102.500
(-) Outros pagamentos das atividades de financiamento	-	(50.000)
Caixa líquido das atividades de financiamento	528.000	52.500
Variação de caixa e equivalente de caixa	457.936	(133.039)
Caixa - Saldo inicial	54.099	187.138
Caixa - Saldo final	512.035	54.099
Ativos livres no início do período	16.556.118	14.615.781
Ativos livres no final do período	26.716.313	16.556.118
Aumento / (Diminuição) nas aplicações financeiras - Recursos livres	10.160.195	1.940.337

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1. Contexto operacional

A **Unimed Patos - Cooperativa de Trabalho Médico ("Cooperativa")** é uma sociedade cooperativa, singular, e tem por finalidade agregar os integrantes da profissão médica para sua defesa econômico-social, proporcionando-lhes condições dignas para o exercício de sua atividade e aprimoramento do serviço de assistência médico-hospitalar, oferecendo ao usuário uma medicina de bom padrão e ajustada com sua responsabilidade social.

As atividades da Cooperativa são reguladas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, estando registrada junto a esta última sob o nº 33.646-7.

As demonstrações contábeis da Cooperativa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram autorizadas para emissão pela Administração em 20 de março de 2024.

2. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1. Base de preparação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela ANS, as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e observando-se a Lei das Cooperativas nº 5.764/71. O modelo de apresentação e o plano de contas seguem regulamentação da ANS, através da Resolução Normativa nº 528/2022, emitida pela referida agência reguladora. Eles evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, que estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas políticas contábeis.

Não houve outros elementos componentes de resultados abrangentes além do resultado do exercício apresentado, razão pela qual a demonstração do resultado abrangente não está sendo apresentada.

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso, pela Administração, de certas estimativas contábeis críticas e, também, o uso de julgamentos que afetam os montantes apresentados de ativos e passivos, assim como os valores das receitas, dos custos e das despesas. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e apresentam maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas na Nota Explicativa nº 3.

2.2. Disponível (Caixa e equivalentes de caixa)

O disponível é constituído de numerários em caixa e depósitos bancários.

2.3. Aplicações financeiras

Incluem aplicações financeiras resgatáveis no prazo contratado, com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado e com prazos de vencimentos não superiores a três meses, a contar da data da contratação. Todas as aplicações vinculadas às provisões técnicas foram registradas no ativo circulante, observando-se critério de indisponibilidade desse recurso financeiro.

2.4. Contraprestação pecuniária a receber

Referem-se aos valores a receber pela venda de contratos de planos de assistência à saúde, reconhecidos pelo valor justo, deduzida a provisão para perdas sobre créditos. Na prática são normalmente reconhecidos pelo valor faturado, ajustado pela provisão para perdas sobre créditos, se necessário. Destacam-se nesse grupo:

- **Preestabelecido:** mensalidades do plano privado de assistência à saúde calculadas e pagas antes da utilização das coberturas contratadas.
- **Pós-estabelecido:** valor faturado de plano privado de assistência à saúde conforme as despesas de utilização das coberturas contratadas forem incorridas.

A provisão para perdas sobre créditos é constituída segundo os seguintes critérios:

- **Planos individuais com preço preestabelecido** - A totalidade do crédito desse tipo de plano, quando há pelo menos uma parcela do contrato vencida há mais de 60 dias;
- **A totalidade do crédito dos demais planos**, quando há pelo menos uma parcela do contrato vencida há mais de 90 dias.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A Administração da Cooperativa revisa periodicamente o critério de constituição para adequá-la à evolução da inadimplência de sua carteira.

2.5. Créditos de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora

Referem-se principalmente aos valores a receber e a faturar de operações de assistência à saúde prestados a outras Unimed. Destacam-se nessa modalidade os Intercâmbios, que tratam de atendimentos eventuais por uma operadora (Cessionária) a um beneficiário do plano de saúde de outra operadora (Cedente). Nesse caso, a Cedente deve considerar o atendimento como de um prestador de serviço conveniado e reconhecê-lo como evento. Já a Cessionária funciona como simples prestadora de serviço (apesar de ser operadora) e trata a operação de prestação de serviços não relacionados com seus planos de saúde, inclusive, segregando os valores do atendimento e de qualquer adicional cobrado pelo serviço prestado.

As operações com intercâmbio que se referem a operações de atendimento de beneficiários de outras singulares, são segregadas da seguinte forma: i) operações com intercâmbio eventual: o usuário não é atendido habitualmente e, portanto, a operação é contabilizada como reembolso, sendo registrado no resultado apenas a taxa de administração, além da diferença de tabela, conforme plano de contas padrão da ANS; e ii) operações com intercâmbio habitual: onde o usuário é atendido com habitualidade, sendo que o registro contábil é realizado como contraprestações de operações de assistência à saúde como operações de compartilhamento de riscos, em razão da Resolução Normativa (RN) nº 430/17 da ANS, alterada posteriormente pela Resolução Normativa RN nº 517/22, também da ANS.

Registram-se ainda nesse grupo outros créditos operacionais de prestação de serviços médico-hospitalares (convênios e particulares) reconhecidos pelo valor justo, deduzida a provisão para perdas sobre créditos. Na prática, são normalmente reconhecidos pelo valor faturado, ajustado pela provisão para perda sobre créditos, se necessário.

2.6. Investimentos

Consistem, em sua maioria, em quotas de cooperativas congêneres e estão avaliados pelo custo de aquisição, deduzido de provisão para desvalorização, quando necessário.

2.7. Imobilizado

O imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada (calculada pelo método linear, a taxas que levam em consideração a vida útil econômica dos bens, apropriada ao resultado do exercício) e perdas ao valor recuperável, se for o caso. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e pode incluir os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificadores. Os encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinados para o item do imobilizado aos quais foram incorporados.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em “Resultado patrimonial” na demonstração do resultado.

2.8. Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

As provisões técnicas, classificadas no passivo, têm como objetivo refletir as obrigações futuras esperadas decorrentes da operação de planos privados de assistência à saúde, adequando-as aos princípios contábeis. Estas provisões refletem tanto a perspectiva de gastos futuros incertos quanto à sua ocorrência e valor. O fato gerador é um fato passado que gera a concessão de um benefício previsto contratualmente. A concessão do benefício, entretanto, não implica na ocorrência de um gasto com assistência à saúde. Assim, as referidas provisões são registradas em função dos gastos esperados com assistência à saúde. São contabilizadas tendo como base de cálculo as formulações e regras explicitadas em normativos ou, quando estes facultarem, Nota Técnica Atuarial aprovada previamente pela ANS. O registro se dá em obediência ao Princípio de Competência, lastreadas, obrigatoriamente, por ativos garantidores estabelecidos nos moldes da legislação vigente.

A Cooperativa possui as seguintes provisões:

(a) Provisão de contraprestação não ganha - PCNG

A provisão de contraprestação não ganha - PCNG, regulamentada pela ANS, compreende a apropriação das contraprestações em preço preestabelecido pelo valor correspondente ao rateio diário – pro rata dia – do período de cobertura individual de cada contrato, a partir do primeiro dia de cobertura.

O cálculo da PCNG deve apurar a parcela de contraprestações não ganhas relativos ao período de cobertura do risco.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

(b) Provisão para remissão

A ANS obriga a constituição de provisão para remissão, que é utilizada para assegurar aos dependentes do titular falecido a garantia do atendimento à saúde prevista contratualmente. A metodologia é definida em Nota Técnica Atuarial - NTA, aprovada pela ANS, considerando a expectativa de vida e o período de cobertura de cada beneficiário em gozo.

Por meio desse benefício os usuários em gozo ficam isentos de pagamento da contraprestação pecuniária pelo período de cinco anos.

Essa provisão tem por objetivo constituir, de forma suficiente, a garantia à assistência à saúde dada durante todo o prazo restante do benefício. A provisão constituída está lastreada por ativos garantidores.

(c) Provisão de eventos a liquidar para SUS

Os eventos a liquidar para SUS referem-se aos valores cobrados das operadoras de planos privados de assistência à saúde pela ANS relativos aos atendimentos previstos nos contratos com os beneficiários da operadora que tenham sido efetuados na rede pública integrante do Sistema Único de Saúde (SUS). De acordo com a ANS, essa provisão deve ser lastreada por ativos garantidores.

(d) Provisão de eventos a liquidar para outros prestadores

Os eventos a liquidar são registrados pelo valor integral cobrado na data do primeiro conhecimento pela operadora. Com base em normativos da ANS, é adotado como prática pela Cooperativa que o registro contábil das Provisões de Eventos a Liquidar deverá ser realizado pelo seu valor integral cobrado pelo prestador, no mês da notificação da ocorrência da despesa assistencial, independentemente da existência de qualquer mecanismo, processo ou sistema de transmissão, direta ou indireta, que evidencie a realização do procedimento assistencial do beneficiário.

A provisão para eventos a liquidar deve ser lastreada por ativos garantidores, sendo obrigatória a vinculação para eventos que tenham sido avisados há mais de 60 dias para a operadora.

São reconhecidos pelo valor justo, o que, na prática, corresponde ao valor das contas médico-hospitalares.

(e) Provisão para eventos ocorridos e não avisados (PEONA)

A ANS, por meio da Resolução Normativa - RN nº 574, de 28 de fevereiro de 2023, obriga as operadoras de planos de saúde a constituírem a Provisão para Eventos Ocorridos e Não-Avisados - PEONA, que será apurada observando o maior entre os seguintes valores:

I - 8,5% do total de contraprestações nos últimos 12 meses, na modalidade de preço preestabelecido, ou;

II - 10% do total de eventos indenizáveis, nos últimos 12 meses, na modalidade de preço preestabelecido.

As alíquotas utilizadas nesta apuração são destinadas à planos de saúde com número de beneficiários até 100.000.

A provisão constituída está lastreada por ativos garantidores relativos a aplicações financeiras vinculadas.

(f) Provisão para eventos ocorridos e não avisados (PEONA SUS)

Referente à estimativa do montante de eventos originados no Sistema Único de Saúde (SUS), que tenham ocorrido e que não tenham sido avisados à Cooperativa. A ANS prevê que a referida provisão técnica deve ser apurada conforme metodologia atuarial definida por atuário legalmente habilitado e descrita em NTAP. Porém, faculta para as operadoras que não possuam metodologia atuarial própria a possibilidade de cálculo da PEONA SUS com base em cálculo aritmético definido em metodologia estabelecida pelo órgão regulador.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.9. Provisões para ações judiciais

Representadas por provisões para contingências cíveis. Constituídas conforme parecer dos Assessores Jurídicos da Cooperativa.

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Cooperativa tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões judiciais são constituídas quando há uma obrigação legal ou tácita resultante de eventos passados, é provável que seja necessária uma saída de recursos que incorpore benefícios econômicos para liquidá-la e possa ser feita uma estimativa confiável do montante envolvido. Passivos contingentes são divulgados se existir uma possível obrigação futura resultante de eventos passados ou se existir uma obrigação presente resultante de um evento passado, mas seu pagamento não for provável ou seu montante não puder ser estimado de forma confiável. Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados nas demonstrações contábeis.

2.10. Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre prestações de serviço.

As receitas com as contraprestações provenientes das operações de planos privados de assistência à saúde na modalidade de preço preestabelecido são apropriadas pelo valor correspondente ao rateio diário - *pro-rata-die* - do período de cobertura individual de cada contrato, a partir do primeiro dia de cobertura.

As receitas correspondentes aos contratos com preços pós-estabelecidos, a apropriação da receita é registrada na data em que se fazem presentes os fatos geradores da receita, de acordo com as disposições contratuais.

Conforme requerido pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, os valores não apropriados de acordo com seus respectivos períodos de competência são registrados na rubrica "Provisão de Contraprestações Não Ganhas - PCNG", e posteriormente apropriados como receita de acordo com o critério *pro-rata-die*, conforme o adequado período de competência da cobertura do risco dos contratos.

2.11. Reconhecimento do custo

Os eventos indenizáveis contabilizados pela Cooperativa são apropriados ao custo, considerando-se a data da apresentação da conta médica ou do aviso pelos prestadores, correspondente aos eventos ocorridos. Nos casos em que o fato gerador (atendimento ao beneficiário) da despesa ocorre sem o conhecimento da Cooperativa, o reconhecimento da despesa se dá com a constituição da provisão técnica denominada "Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA)".

2.12. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos são reconhecidos sobre o montante registrado relativo a reserva de reavaliação, quando aplicável.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível e que as diferenças temporárias possam ser usadas.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são determinados a alíquotas de impostos de acordo com a legislação fiscal, que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

2.13. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

As contas a receber de clientes são reconhecidas inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Cooperativa se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, (valor juros por meio do resultado) os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

Um ativo financeiro poderá ser classificado como: mensurado ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA (valor justo por meio de outros resultados abrangentes) - instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Cooperativa mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Cooperativa realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Cooperativa;

- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;

- Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e

- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Cooperativa.

Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Cooperativa considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Cooperativa considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Cooperativa a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros

Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Cooperativa desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Cooperativa transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Cooperativa nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

A Cooperativa desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Cooperativa também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros podem ser reportados pelo seu valor líquido no balanço patrimonial unicamente quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. As demonstrações contábeis apresentadas não contêm nenhuma compensação de instrumentos financeiros.

2.14. Redução ao valor recuperável de ativos (*Impairment*)

Ativos financeiros não-derivativos

O Pronunciamento Técnico CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, exige que a Cooperativa registre as perdas de crédito esperadas em todos os seus títulos de dívida, empréstimos e contas a receber de clientes, com base em 12 meses ou por toda a vida.

Na avaliação do modelo de perdas em crédito esperadas, a Cooperativa levou em consideração seu procedimento atual de provisão para perdas com devedores duvidosos, estimativas futuras de perdas e indicadores de crescimento aplicáveis à área da atuação da Cooperativa.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Cooperativa avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, não é recuperável. Uma perda só existe se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperação como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo (“um evento de perda” ocorrido) e tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou do grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado. Evidência de perda por redução ao valor recuperável pode incluir indicadores de que as outras partes estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante. A probabilidade de que elas irão entrar em falência ou outro tipo de reorganização financeira, default ou atraso de pagamento pode ser indicada por uma queda mensurável do fluxo de caixa futuro estimado, como mudanças em vencimento ou condição econômica relacionados com defaults.

Em relação aos seus ativos financeiros, a Cooperativa avalia individualmente se existe evidência clara de perda por redução ao valor recuperável de cada ativo financeiro que seja significativa.

O valor de qualquer perda por redução ao valor recuperável é mensurado como a diferença entre o valor do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo perdas de crédito futuras esperadas ainda não ocorridas). O valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados é descontado pela taxa de juros efetiva original para o ativo financeiro.

O valor contábil do ativo é reduzido por meio de uma provisão, e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado. Se, em um exercício subsequente, o valor da perda estimada de valor recuperável aumentar ou diminuir devido a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável, a perda anteriormente reconhecida é aumentada ou reduzida ajustando-se a provisão. Em caso de eventual recuperação futura de um valor baixado, essa recuperação é reconhecida na demonstração do resultado.

Ativos não financeiros

Em cada data de reporte, a Cooperativa revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos.

O valor recuperável de um ativo é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado.

2.15. Novas normas e interpretações ainda não efetivas

A seguinte norma foi emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), mas ainda não aprovada pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (“ANS”) e, portanto, não está em vigor para a data-base atual como práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades regulamentadas pela ANS. A Cooperativa não adotou essa alteração na preparação de suas demonstrações contábeis e não planeja adotar essa norma de forma antecipada.

- Pronunciamento Técnico CPC 50 - Contratos de Seguros.

A norma será aplicável à Cooperativa apenas quando referendada pela ANS.

Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros consideradas razoáveis para as circunstâncias.

As estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam risco significativo, com probabilidade de causar ajuste relevante nos valores contábeis de passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir:

(a) Provisão para perdas sobre créditos

A Cooperativa efetua análises para fazer face a perdas na realização dos créditos de operações com planos de assistência médica, considerando os riscos envolvidos e registra quando a administração identifica evidência objetiva de perda, conforme os critérios definidos pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

(b) Determinação das vidas úteis dos ativos imobilizados

A Cooperativa utiliza as taxas estabelecidas pelo Fisco para o cálculo da depreciação dos bens do ativo imobilizado.

(c) Provisão para ações judiciais

A Cooperativa é parte envolvida em processos cíveis que se encontram em instâncias diversas. As provisões para ações judiciais, constituídas para fazer face a potenciais perdas decorrentes dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da administração, fundamentada na opinião de seus assessores legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas.

4. Gestão de risco financeiro

4.1. Fatores de risco financeiro

As atividades da Cooperativa a expõem a alguns riscos financeiros: risco de crédito, de liquidez e de mercado. A gestão de risco financeiro busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Cooperativa.

A gestão de risco é realizada pela Gerência Financeira e aprovada pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração. A Gerência Financeira identifica, avalia e protege a Cooperativa contra eventuais riscos financeiros. A Diretoria Executiva e o Conselho de Administração estabelecem princípios para a gestão de riscos financeiros bem como para áreas específicas como risco de crédito, uso de instrumentos financeiros e investimentos de excedentes de caixa.

(a) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de contas a receber em aberto de clientes de plano de assistência à saúde. A Gerência Financeira avalia a qualidade do crédito de seus clientes, levando em consideração sua posição financeira, sua experiência passada e outros fatores. As vendas para clientes são liquidadas por meio de boleto bancário.

(b) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Gerência Financeira. Esse departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Cooperativa para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais, bem como das exigências de garantias determinadas pelo órgão que regula as operadoras de saúde, a Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

A Cooperativa investe o excesso de caixa gerado em papéis do mercado financeiro, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez e margem suficientes.

(c) Risco de mercado

O risco de taxa de juros da Cooperativa decorre, principalmente, do seu volume de aplicações financeiras. Todas as movimentações relacionadas à taxa de juros impactam no resultado da Cooperativa.

A política da Cooperativa é de (a) garantir com aplicações financeiras as provisões técnicas exigidas pela agência reguladora, vinculando-as em favor da ANS nos termos dos normativos legais da referida agência reguladora, e (b) aplicar o excedente no mercado financeiro, buscando as melhores taxas de mercado nas instituições financeiras.

4.2. Gestão de capital

O objetivo principal da administração de capital é salvaguardar a capacidade de continuidade da Cooperativa para oferecer retorno aos cooperados.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Cooperativa pode rever a forma de distribuição de sobras do exercício, ou aumentar as quotas de participação deles na Cooperativa.

Capital regulatório

A Cooperativa monitora o capital com base no indicador do capital baseado em riscos, regra de capital que define montante variável a ser observado pela operadora em função de fatores pré-determinados por modelo padrão estabelecido pela ANS, compreendendo os principais riscos envolvidos nas atividades relacionadas à operação de planos privados de assistência à saúde, quais sejam: o risco de subscrição, o risco de crédito, o risco de mercado, o risco legal e o risco operacional.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Instrumentos financeiros

A administração procedeu à análise dos instrumentos financeiros que compõem o ativo e o passivo e concluiu que o valor justo das Disponibilidades, Créditos Operações com Planos de Assistência à Saúde e Não Relacionados com Planos de Saúde da Operadora e os Passivos Circulantes, principalmente Provisão de Eventos a Liquidar e Débitos de Operações de Assistência à Saúde, aproximam-se do saldo contábil, cujos critérios de contabilização e valores estão demonstrados nas demonstrações contábeis, em razão de o vencimento de parte significativa desses saldos ocorrer em data próxima à do balanço.

Em 31 de dezembro de 2023 a Cooperativa não possuía nenhum tipo de instrumento financeiro derivativo.

4.3. Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos de créditos de operações com planos de assistência à saúde e eventos a liquidar com operações de assistência à saúde pelo valor contábil, menos provisão para perdas sobre créditos estejam próximos de seus valores justos.

5. Instrumentos financeiros por categoria

	2023	2022
Ativos conforme Balanço Patrimonial		
Disponível	512.035	54.099
Aplicações financeiras	30.294.005	26.304.083
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	417.594	371.857
Créd. oper. assist. à saúde não relac. com planos de saúde da operadora	-	1.035
	<u>31.223.634</u>	<u>26.731.074</u>
Passivos conforme Balanço Patrimonial		
Provisão de eventos a liquidar para outros prestadores	2.004.828	1.221.055
Débitos com oper. assist. à saúde não relacion. com planos saúde da operadora	214.629	235.051
	<u>2.219.457</u>	<u>1.456.106</u>

6. Aplicações financeiras

	2023	2022
Aplicações garantidoras de provisões técnicas		
Fundo de investimentos em renda fixa	4.089.727	2.632.697
Recibo de depósito cooperativo - RDC	-	7.169.367
	<u>4.089.727</u>	<u>9.802.064</u>
Aplicações livres		
Certificado de depósito bancário - CDB	102.632	724.070
Recibo de depósito cooperativo - RDC	5.490.834	4.781.764
Fundo de investimentos em renda fixa	10.641.863	10.991.171
Renda fixa	9.962.874	-
Poupança	6.075	5.014
	<u>26.204.278</u>	<u>16.502.019</u>
	<u>30.294.005</u>	<u>26.304.083</u>

A Cooperativa mantém a constituição, vinculação e custódia de aplicações financeiras garantidoras de provisões técnicas de acordo com as normas da ANS.

As aplicações financeiras são compostas de Certificados de Depósitos Bancários (CDB), Recibo de Depósitos Bancários (RDC), Fundo de Investimentos e Poupança, com taxa de remuneração média de 100% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), mantidos em bancos com bom *rating* de avaliação e com boa reputação no mercado.

7. Contraprestação pecuniária a receber

	2023	2022
Planos individuais/familiares - mensalidades (pessoa física)	375.655	326.239
Plano coletivos - faturas (pessoa jurídica)	14.017	79.112
	<u>389.672</u>	<u>405.351</u>
Provisão para perdas sobre créditos	(70.239)	(55.938)
	<u>319.433</u>	<u>349.413</u>

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

O saldo a receber por data de vencimento (“aging list”) está demonstrado da seguinte forma:

	2023	2022
Planos individuais/familiares - mensalidades (pessoa física)		
Vencidos		
Até 30 dias	286.315	237.836
De 31 a 60 dias	62.014	60.396
De 61 a 90 dias	21.164	13.589
Acima de 90 dias	6.162	14.418
	<u>375.655</u>	<u>326.239</u>
Plano coletivos - faturas (pessoa jurídica)		
Vencidos		
Até 30 dias	10.991	79.112
De 31 a 60 dias	1.009	-
De 61 a 90 dias	1.009	-
Acima de 90 dias	1.008	-
	<u>14.017</u>	<u>79.112</u>
	<u><u>389.672</u></u>	<u><u>405.351</u></u>

8. Investimentos

	2023	2022
Unimed Seguros	4.393	4.393
Unimed Federação Paraíba	108.466	108.466
Sicred Campina Grande	358.843	358.843
Unimed Norte Nordeste	92.157	92.157
Central Nacional	11.582	11.582
Sicoob	13.922	11.190
	<u>589.363</u>	<u>586.631</u>
(-) Provisão para desvalorização sobre investimento na Unimed Norte Nordeste	<u>(92.157)</u>	<u>(92.157)</u>
	<u><u>497.206</u></u>	<u><u>494.474</u></u>

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

9. Imobilizado

	Imóveis de uso próprio - Não hospitalares		Imobilizado de uso próprio - Não hospitalares				Total
	Terrenos	Edificações	Instalações	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de informática	Móveis e utensílios	
Taxa de depreciação ao ano	-	4%	10%	10%	20%	10%	20%
Em 31 de dezembro de 2023							
Saldos iniciais	421.574	448.213	-	27.799	65.244	1.688	964.518
Adições	-	-	-	-	20.184	-	20.184
Depreciação	-	(36.266)	-	(4.166)	(21.991)	(365)	(62.788)
Saldo contábil, líquido	<u>421.574</u>	<u>411.947</u>	<u>-</u>	<u>23.633</u>	<u>63.437</u>	<u>1.323</u>	<u>921.914</u>
Custo	421.574	906.641	28.548	139.124	185.717	174.418	1.970.555
Depreciação acumulada	<u>-</u>	<u>(494.694)</u>	<u>(28.548)</u>	<u>(115.491)</u>	<u>(122.280)</u>	<u>(173.095)</u>	<u>(1.048.641)</u>
Saldo contábil, líquido	<u>421.574</u>	<u>411.947</u>	<u>-</u>	<u>23.633</u>	<u>63.437</u>	<u>1.323</u>	<u>921.914</u>

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

	Imóveis de uso próprio - Não hospitalares		Imobilizado de uso próprio - Não hospitalares				Total
	Terrenos	Edificações	Instalações	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de informática	Móveis e utensílios	
Taxa de depreciação ao ano	-	4%	10%	10%	20%	10%	20%
Em 31 de dezembro de 2022							
Saldos iniciais	421.574	484.479	-	19.439	53.459	2.057	981.008
Adições	-	-	-	12.609	27.925	-	40.534
Depreciação	-	(36.266)	-	(4.249)	(16.140)	(369)	(57.024)
Saldo contábil, líquido	421.574	448.213	-	27.799	65.244	1.688	964.518
Custo	421.574	906.641	28.548	139.126	165.535	174.418	1.950.375
Depreciação acumulada	-	(458.428)	(28.548)	(111.327)	(100.291)	(172.730)	(985.857)
Saldo contábil, líquido	421.574	448.213	-	27.799	65.244	1.688	964.518

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

10. Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

(a) Composição

	2023	2022
Provisões de contraprestações	659.259	359.930
Provisão de contraprestação não ganha - PCNG	644.766	319.549
Mensalidades pessoa física	644.766	319.549
Faturas pessoa jurídica	-	-
Provisão para remissão	14.493	40.381
Provisão de eventos a liquidar para SUS	136.128	135.342
Provisão de eventos a liquidar para outros prestadores	2.004.828	1.221.055
Hospitais conveniados	521.788	259.860
Clínicas conveniadas	280.537	163.363
Laboratórios conveniados	163.604	122.517
Medicamentos	27.485	116.568
Médico cooperado	361.141	200.034
Intercambio eventual	650.273	358.712
Provisão de eventos ocorridos e não avisados (PEONA)	1.528.533	1.371.003
Provisão de eventos ocorridos e não avisados (PEONA SUS)	96.564	137.009
	1.625.097	1.508.012
	4.425.312	3.224.339
Circulante	4.419.133	3.204.488
Não circulante	6.179	19.851

(b) Movimentação

A seguir demonstramos a movimentação da provisão para remissão e da provisão para eventos ocorridos e não avisados:

	2022	Variação	2023
Provisões de contraprestações			
Provisão de remissão	40.381	(25.888)	14.493
Provisão de eventos ocorridos e não avisados (PEONA)			
Provisão de eventos ocorridos e não avisados (PEONA)	1.371.003	157.530	1.528.533
Provisão de eventos ocorridos e não avisados (PEONA SUS)	137.009	(40.445)	96.564
	1.508.012	117.085	1.625.097

(c) Ativos garantidores

Os ativos vinculados da Cooperativa para garantia das provisões técnicas observam a RN nº 521/2022, alterada pela RN nº 573/2023, na proporção mínima exigida pela ANS, conforme quadro abaixo:

	2023	2022
Provisões técnicas (a)	3.442.308	2.882.824
Garantias das provisões técnicas (b)		
Aplicações financeiras	4.089.727	9.802.064
Suficiência de vinculação (b) - (a)	647.419	6.919.240

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

11. Débitos com oper. assist. à saúde não relacion. com planos saúde da operadora

	2023	2022
Contas a pagar relativas a medicamentos	14.979	11.789
Médico cooperado	70.595	85.367
Laboratório	29.554	31.270
Hospitais	74.649	75.605
Clínicas	24.852	31.020
	<u>214.629</u>	<u>235.051</u>

12. Tributos e encargos sociais a recolher

	2023	2022
IRPJ a pagar	355.508	243.490
CSLL a pagar	139.844	95.660
ISS sobre faturamento a recolher	21.395	18.548
INSS a recolher	25.519	22.516
INSS retido sobre produção médica	46.244	33.425
PIS e COFINS sobre faturamento	28.936	18.198
IRRF sobre assalariados	11.339	10.440
IRRF sobre não assalariados	110.386	72.160
Outros tributos e encargos sociais a recolher	8.682	7.439
	<u>747.853</u>	<u>521.876</u>

13. Débitos diversos

	2023	2022
Salários a pagar	37.364	29.090
Pró-labore de médicos cooperados	29.171	27.622
Provisão para férias e encargos	81.824	77.925
Outros débitos a pagar	300	269
	<u>148.659</u>	<u>134.906</u>

Em 31 de dezembro de 2023, a Cooperativa não possui operações de “Risco Sacado”, que possibilitam aos fornecedores anteciparem os seus recebíveis com instituição financeira.

14. Provisões para ações judiciais

(a) Perdas prováveis, provisionadas no balanço

A Cooperativa é parte envolvida em processos cíveis e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicável, são amparadas por depósitos judiciais.

As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada pela opinião de seus consultores legais externos e internos.

A Cooperativa estima desembolsos prováveis de caixa em 31 de dezembro de 2023, no valor de R\$38.820 (R\$43.880 em 2022), referente a causas de natureza cíveis.

(b) Perdas possíveis, não provisionadas no balanço

A Cooperativa tem ações de natureza cível envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, no montante de R\$64.250 (R\$96.140 em 2022).

Adicionalmente, a Cooperativa não tem ações de natureza trabalhista e tributária envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Processos transitados em julgado - Decisão STF

No dia 8 de fevereiro de 2023, por unanimidade, o Supremo Tribunal Federal (STF) considerou que uma decisão definitiva transitada em julgado, sobre a constitucionalidade de tributos recolhidos de forma continuada (relação tributária de trato sucessivo), perde seus efeitos automaticamente caso o Supremo Tribunal Federal (STF) se pronuncie, posteriormente, em sentido contrário. Isso significa, na prática, que decisões proferidas em ação direta (ADI ou ADC) ou em sede de recurso extraordinário com repercussão geral interrompem os efeitos das decisões anteriores, no contexto de relações tributárias de trato sucessivo, mesmo que já transitadas em julgado. A decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) determinou que, nos casos em que uma coisa julgada seja desconstituída e o respectivo tributo seja considerado devido, devem ser respeitadas a irretroatividade, a anterioridade anual e a noventena ou a anterioridade nonagesimal, conforme a natureza do tributo (Decisão Relativização Coisa Julgada).

A administração da Cooperativa efetuou um inventário dos processos tributários transitados em julgado para os quais utiliza o benefício de repercussão geral e não identificou situações existentes e que podem ser impactadas pela decisão do Supremo Tribunal Federal (STF).

15. Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2023, o capital social subscrito e integralizado é de R\$2.397.265 (R\$1.869.265 em 2022) e está representado por 81 Cooperados (59 em 2022), além de ser ilimitado quanto ao máximo, variando conforme o número de quotas-partes subscritas, não podendo, entretanto, ser inferior a soma de 600 vezes o valor de uma quota parte. A quota-parte é indivisível, intransferível a não cooperados e não pode ser negociada de nenhum modo nem dada em garantia. Todavia, depois de integralizadas, poderão ser transferidas entre cooperados, mediante autorização da Assembleia Geral e o pagamento de uma taxa de 5% sobre seu valor, respeitando-se o limite de 1/3 do total do capital subscrito para cada associado.

(b) Reservas de sobras

Em caso de sobras do exercício, o estatuto social da Cooperativa prevê a seguinte destinação:

(i) Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES - Indivisível entre os cooperados, é constituído a razão de 5% das sobras apuradas no exercício. Destina-se a prestar assistência aos cooperados e seus familiares, bem como programar atividades de incremento técnico e educacional dos cooperados e funcionários. No caso de dissolução e liquidação da Cooperativa, terá o destino que a Lei determinar, juntamente com o saldo remanescente não comprometido.

(ii) Fundo de Reserva - É constituído a razão de 10% das sobras apuradas no exercício. Destinado a reparar eventuais perdas de qualquer natureza que a Cooperativa venha a sofrer, sendo indivisível entre os associados, mesmo no caso de dissolução e liquidação da Cooperativa, hipótese em que terá o destino que a Lei determinar, juntamente com o saldo remanescente não comprometido.

As sobras líquidas, após as destinações, serão distribuídas aos cooperados na proporção das operações que houverem realizado com a Cooperativa, após a aprovação do balanço geral pela Assembleia Geral Ordinária, salvo decisão diversa desta. As perdas verificadas que não tenham cobertura no fundo de reservas, serão rateadas entre os cooperados, após aprovação do balanço geral pela Assembleia Geral Ordinária, na proporção das operações que houverem realizado com a Cooperativa.

16. Contraprestações efetivas de plano de assistência à saúde

	2023	2022
Contraprestações líquidas		
Contraprestações com preço preestabelecido		
Plano individual	14.435.156	13.186.213
Planos coletivos empresariais	3.547.586	3.263.145
Contraprestações de corresponsabilidade cedida	(231.237)	(190.354)
Cancelamentos	(37.099)	(33.506)
	17.714.406	16.225.498
Variação das provisões técnicas de operações de assistência à saúde		
Variação da provisão para remissão	25.888	18.765
Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde da operadora		
PIS sobre faturamento	(26.020)	(31.738)
COFINS sobre faturamento	(160.122)	(195.314)
ISS sobre faturamento	(238.804)	(210.519)
	(424.946)	(437.571)
	17.315.348	15.806.692

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

17. Eventos conhecidos ou avisados

	2023	2022
Cobertura assistencial preço preestabelecido		
Planos família		
Despesas com eventos	(9.119.171)	(7.284.412)
Corresponsabilidade	(3.975.102)	(3.079.275)
Recuperação de despesas	824.153	714.325
	<u>(12.270.120)</u>	<u>(9.649.362)</u>
Planos coletivos		
Despesas com eventos	(1.628.416)	(1.564.760)
Corresponsabilidade	(418.392)	(537.455)
	<u>(2.046.808)</u>	<u>(2.102.215)</u>
Ressarcimento ao SUS		
Despesas com eventos	(41.765)	(127.088)
	<u>(41.765)</u>	<u>(127.088)</u>
	<u><u>(14.358.693)</u></u>	<u><u>(11.878.665)</u></u>

18. Receitas de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora

	2023	2022
Receita com prestação de serviço (i)	3.502.322	2.471.054
Outras receitas operacionais	3.990	4.147
	<u>3.506.312</u>	<u>2.475.201</u>

(i) Refere-se a receita de intercâmbios. Trata-se de receitas decorrentes de atendimentos de usuários de outras Cooperativas do Sistema Unimed.

19. Outras despesas operacionais de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora

	2023	2022
Despesas com prestação de serviço (i)	(2.537.130)	(1.932.486)
Glosas da Camara de Liquidação Regional - CLR	(462.361)	(246.965)
	<u><u>(2.999.491)</u></u>	<u><u>(2.179.451)</u></u>

(i) Refere-se a despesas com usuários da Cooperativa que foram atendidos em outras Cooperativas do Sistema Unimed.

20. Despesas administrativas

	2023	2022
Honorários de diretoria e conselhos	(485.692)	(464.612)
Pessoal próprio	(882.304)	(761.309)
Honorários de consultoria	(198.651)	(149.312)
Água e energia elétrica	(35.036)	(33.997)
Licença de uso de <i>software</i>	(134.328)	(127.651)
Depreciação	(62.788)	(57.024)
Contribuições sindicais e conselhos institucionais	(39.682)	(37.836)
Taxa de saúde suplementar	(4.159)	(4.438)
Custos judiciais	(15.143)	(45.525)
Outras despesas administrativas (*)	(489.890)	(366.183)
	<u><u>(2.347.673)</u></u>	<u><u>(2.047.887)</u></u>

(*) Referem-se a despesas com manutenção, material de expediente, malotes e correspondências, entre outras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

21. Resultado financeiro líquido

	2023	2022
Receitas financeiras		
Receitas de aplicações financeiras	3.102.798	2.718.167
Receitas financeiras com operações de assistência à saúde	7.698	11.924
Juros sobre capital próprio	44.593	43.081
	<u>3.155.089</u>	<u>2.773.172</u>
Despesas financeiras		
Taxas de administração financeira	(24.980)	(28.160)
Juros sobre tributos	(303)	(4.911)
Outras despesas financeiras	(1.636)	(210)
	<u>(26.919)</u>	<u>(33.281)</u>
	<u>3.128.170</u>	<u>2.739.891</u>

22. Imposto de renda e contribuição social

	2023	2022
Resultado antes dos impostos	3.744.830	4.610.815
Adições - Juros e multas	4.137	4.832
Exclusões - Participações societárias	(84.260)	(128.426)
	<u>3.664.707</u>	<u>4.487.221</u>
Lucro real		
IRPJ (15%)	(549.706)	(673.083)
IRPJ (adicional 10%)	(342.471)	(424.722)
	<u>(892.177)</u>	<u>(1.097.805)</u>
Imposto de renda (15% + adicional 10%)		
Contribuição social (9%)	<u>(329.824)</u>	<u>(403.850)</u>

23. Capital baseado em riscos

A Resolução Normativa nº 526/22 da ANS dispõe sobre os critérios para definição do capital regulatório das operadoras de planos de assistência à saúde.

A Cooperativa, com base no art. 9º da referida resolução normativa, deverá apurar o capital regulatório considerando o maior entre os seguintes valores:

I - o capital base, apurado conforme a Seção I do Capítulo II;

II - o capital baseado em riscos, apurado conforme a Seção II do Capítulo II.

O Capital Baseado em Riscos apresentado é de R\$2.774.312 (R\$3.246.398 em 2022) e o patrimônio líquido ajustado em conformidade com as normas da ANS é de R\$26.864.921 (R\$23.569.778 em 2022). Desta forma, a Cooperativa apresentou uma suficiência de Capital Baseado em Riscos de R\$24.090.609 (R\$20.323.380 em 2022).

24. Partes relacionadas

(i) Transações e saldos

As transações realizadas pela Cooperativa com partes relacionadas estão representadas, principalmente, pelos eventos indenizáveis junto aos seus próprios cooperados, sendo estes eventos remunerados de acordo com a tabela de Terminologia Unificada da Saúde Suplementar - TUSS.

As transações relevantes com partes relacionadas estão demonstradas no ativo e passivo circulante, nas rubricas conta-corrente com cooperados, conta-corrente de cooperados e nas notas explicativas 8, 10, 11, 13, 15, 17, 18, 19 e 20, investimentos. provisão de eventos a liquidar para outros prestadores, débitos com operações de assistência à saúde não relacionados com planos saúde da operadora, débitos diversos, patrimônio líquido, eventos conhecidos ou avisados, receitas de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora, outras despesas oper. de assist. à saúde não relac. com planos de saúde da operadora e despesas administrativas, respectivamente.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

(ii) Remuneração dos administradores

O pessoal-chave da administração compreende os membros da diretoria executiva da Cooperativa (presidente, vice-presidente, superintendente geral e diretores), conselheiros de administração e conselheiros fiscais. Em 31 de dezembro de 2023 a remuneração paga ao pessoal-chave, por serviços de gestão, foi de R\$485.692 (R\$464.612 em 2022).

25. Conciliação entre o resultado líquido e o fluxo de caixa líquido das atividades operacionais

	2023	2022
Resultado líquido	2.522.829	3.109.160
Ajustes de		
Depreciação	62.788	57.024
Variação das provisões técnicas de operações de assistência à saúde	(25.888)	(18.765)
Variação da provisão de eventos ocorridos e não avisados	117.085	(39.214)
Provisões para ações judiciais	(5.060)	(5.000)
Utilização do FATES	(42.882)	(48.190)
	2.628.872	3.055.015
Variações nos ativos e passivos operacionais		
Aplicações financeiras	(3.989.922)	(3.717.973)
Créditos de operações com planos de saúde de assistência à saúde	(45.737)	1.187.474
Créditos de oper. assist. à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora	1.035	22.339
Créditos tributários e previdenciários	-	9.421
Bens e títulos a receber	36.418	(10.263)
Conta-corrente com cooperados	(183)	(24)
Investimentos	(5.522)	(6.829)
Provisão de contraprestações	325.217	(1.552.775)
Provisão de eventos a liquidar para o SUS	786	(23.984)
Provisão de eventos a liquidar para outros prestadores	783.773	542.491
Débitos de operações de assistência à saúde	(6.264)	(9.689)
Débitos com oper. de assist. à saúde não relacion. com planos saúde da operadora	(20.422)	138.296
Tributos e encargos sociais a recolher	225.977	225.661
Débitos diversos	13.753	(3.250)
Conta-corrente de cooperados	(451)	(3.862)
	(52.670)	(147.952)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

26. Cobertura de seguros

A Cooperativa adota a política de contratar coberturas de seguros vida em grupo e/ou acidentes pessoais e do veículo, considerando a natureza de sua atividade. O montante da cobertura, em 31 de dezembro de 2023, contratado junto a Porto Seguro Cia. de Seguros, está resumido a seguir:

Coberturas	Vigência	Limite máximo de indenização (R\$)
Colisão, incêndio, roubo ou furto	28/02/2023 a 28/02/2024	93.845
Danos materiais	28/02/2023 a 28/02/2024	125.000

* * *